

Transcrição episódio 3: Educação libertadora para fortalecer os direitos humanos

Música

Dani Stefano: Olá, bom ter você aqui! Eu sou Dani Stefano e apresento o podcast que celebra os 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Também comemoramos 25 anos da publicação do livro Direitos Humanos no Brasil. As pessoas que fazem parte desta história compartilham memórias e análises sobre diversos temas em relação à defesa de direitos e à construção de justiça social no Brasil.

ABERTURA

Monica Martins: Primeiro passo foi observar o cotidiano das famílias em casa, no trabalho, foi ajudando a construir esse processo metodológico que era grandemente inspirado pelo método de educação de Paulo Freire, onde ele dizia que viver é lutar, ou seja, alfabetizar não é apenas juntar Bêabá, mas alfabetizar é também a consciência política.

Sergio Haddad: Escola, se ela não for de qualidade igual para todos, universal, ela também acaba reproduzindo a desigualdade de classe, ela reforça a desigualdade de classe.

Dani: Monica Martins e Sergio Haddad, educadores e conselheiros da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, são os convidados do terceiro episódio do podcast Direitos Humanos no Brasil.

Música

Dani: Mônica Martins é coordenadora do Observatório das Nacionalidades da Universidade Estadual do Ceará, editora da revista Tensões Mundiais e conselheira da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. No início dos anos 2000, a Mônica coordenou uma pesquisa da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, em parceria com diversas organizações que lutam pelo direito à terra, sobre os impactos destrutivos das políticas do Banco Mundial. Mônica, como essas políticas afetaram as comunidades rurais?

Monica: De vários modos. A gente pode dizer que há um certo padrão, não importa se a gente estivesse na Tailândia, na Colômbia ou na África do Sul. O primeiro impacto era a destruição do meio ambiente. Isso significava o uso intensivo de fertilizantes e inseticidas, provocando primeiro, a destruição da natureza, a contaminação dos rios. Em segundo lugar a contaminação, o envenenamento das famílias. As casas rurais são pequenas. As famílias dormem praticamente todas num único cômodo. Então, os inseticidas não necessariamente tinham galpões ou armazéns para guardar esses produtos químicos. O resultado é que a família respirava o dia inteiro esses produtos, pesticidas, adubos químicos, etc. Então, era um envenenamento permanente não só do rio, da terra, mas do corpo das pessoas.

O segundo era o fato das famílias produzirem para o mercado e não para a sua alimentação, para a sua própria sobrevivência. Desde o momento que elas plantavam já tinha um comprador e isso significava que elas não podiam vender pra outra pessoa; elas acertaram o preço, um real, então se tivesse pouca produção, tivesse algum problema qualquer e aquele produto vamos dizer, o milho ou o feijão, enfim, uma fruta estivesse dando um preço maior no mercado, mas elas estavam comprometidas com o

atravessador. Se elas vendiam barato a produção para o atravessador e para o mercado, elas compravam caro aquilo que elas precisavam para o seu dia a dia, porque elas deixaram de produzir para a subsistência e passaram a produzir para o mercado.

E a terceira foi a individualização desses produtores. Eles passaram a ser competitivos em vez de serem solidários. Então, aquilo antes feito coletivamente, se ajudarem, passa a não existir praticamente mais.

Dani: Você co-organizou diversas publicações sobre esse tema, que estão disponíveis no site da rede social, o livro “O Banco Mundial e a Terra”, que também foi traduzido para o espanhol. Esses materiais foram estudados por movimentos camponeses do mundo todo. De que forma que esse conhecimento contribuiu para a organização do movimento internacional de luta pela reforma agrária?

Monica: Nós, enquanto Rede Social de Justiça e Direitos Humanos fizemos mais um diagnóstico dos problemas, das consequências desses problemas. O passo seguinte que era a partir do diagnóstico você ver qual era a alternativa de cura, alternativa de ação concreta, isso ficou a critério de cada comunidade.

Música

Monica: Partimos para fazer uma pesquisa que durou também três anos porque agora se tratava de nós construirmos alternativas para a briga contra o agronegócio, Foram selecionados pela Via Campesina, MST e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos quatro áreas diferentes: um assentamento no Ceará, um assentamento em Santa Catarina, um assentamento no Mato Grosso e um assentamento quilombola no Pará. Próprias famílias camponesas elas construíram uma metodologia de pesquisa com questionários, verificando o efeito que o assentamento trazia em termos de melhoria da qualidade de vida, da alimentação etc. na área do entorno ou seja, em toda a região do município, as comunidades vizinhas. Aí nós apresentamos dezenas de alternativas de como evitar cair na armadilha do agronegócio, tanto do ponto de vista das ideias como do ponto de vista concreto da produção, evitar que a sua terra fosse parar na mão do agronegócio e como continuar um caminho de agroecologia camponesa. Aí a gente chamou o documento de “Rebeldia camponesa no Brasil contemporâneo”. O fundamental foi a construção de uma metodologia de camponês a camponês, era o camponês que fazia o papel de pesquisador do seu próprio irmão.

Música

Dani: Como educadora, você participou de projetos de alfabetização de adultos em comunidades rurais e periferias urbanas no Rio de Janeiro, na Bahia, no Ceará. Também no Ceará, você participou de ocupações rurais e urbanas como forma de educação libertadora.

Monica: Bom, em primeiro lugar, a gente começou a perceber que existe todo um processo de educação que acontece nos bairros, na comunidade, dentro da família. A gente começou a perceber que a própria forma dessas famílias aprenderem entre elas, o que um pai ensina a um filho, o que uma mãe ensina para o filho, o que eles ensinam uns para os outros estando no roçado, como se dá o processo de aprendizado quando eles estão num mutirão construindo uma casa, ou num mutirão fazendo uma roça. O primeiro passo foi observar o cotidiano das famílias em casa, no trabalho, foi ajudando a construir esse processo metodológico que era grandemente inspirado pelo método de educação de Paulo Freire,

onde ele dizia que viver é lutar, ou seja, alfabetizar não é apenas juntar bêabá, mas alfabetizar é também a consciência política. Então, era esse processo do aprendizado que nasce do próprio sujeito do aprendizado.

Dani: Você passou a atuar como professora nas universidades federal e estadual do Ceará. De que forma a educação popular com os movimentos sociais inspirou sua atuação como professora universitária?

Monica: Isso foi uma verdadeira benção, eu ter chegado na universidade aos 50 anos, trazendo toda essa trajetória de experiência nos movimentos populares nas lutas sociais, porque quando eu entrei na universidade era na geografia e eu tinha que falar sobre a realidade nordestina. Mas eu tinha uma vivência do que era o sertão nordestino, do que era uma comunidade rural nordestina. A partir dessa experiência eu comecei montar uma ementa pra um semestre inteiro onde eu comecei a fazer seminários com os alunos baseados nos livros e ao mesmo tempo a gente ia para o campo, visitar alguma das comunidades onde eu já tinha trabalhado.

Música

Monica: Quando eu vou para a Universidade Estadual do Ceará já estava na ciência política, o que se tornou para mim mais difícil porque a ciência política é mais filosófica, mais abstrata. Então aí eu tive que repensar muita coisa e aí veio a ideia de que uma série de conceitos que a gente trabalha, Estado, nação, poder, sociedade, família, guerra, soberania, que eram alguns conceitos básicos da ciência política, tentei começar a compreender esses conceitos a partir não só dos livros, mas a partir das lutas sociais.

Música

Dani: De que forma, na sua opinião a informação, o conhecimento podem contribuir na luta pelos direitos humanos?

Monica: A comunicação, a informação, a gente encontrar formas sempre renovadas de veicular o que a gente está produzindo, é fundamental. E fazer essa produção de forma democrática e com ampla abrangência.

Música intervalo

Dani: Você está ouvindo Direitos Humanos no Brasil, um podcast em comemoração aos 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. A 25ª edição do livro Direitos Humanos no Brasil já está disponível e pode ser lida e baixada em www.social.org.br.

Música

Dani: Sergio Haddad é doutor em educação, coordenador de projetos especiais da ação educativa e conselheiro da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Sérgio, no seu artigo para o livro Direitos Humanos no Brasil 2024, você faz um balanço da educação escolar nos recentes 25 anos. Você aponta que melhorou o acesso à escolarização e o reconhecimento legal a esse direito, mas mostra também os desafios.

Sergio: Eu tentei fazer no artigo um balanço mais geral que mostra uma certa tendência desde o processo de democratização a uma ampliação de vagas, uma ampliação de horas de estudo, uma amplitude maior do direito à educação, incorporando a educação infantil, as creches e depois o ensino médio; abrindo vagas nas universidades, houve um sensível crescimento da oferta e do dever do Estado em relação à educação, com nova legislação, com o Plano Nacional de Educação. Também houve um maior reconhecimento da diversidade e do respeito a essa diversidade da história com a questão racial. Por outro lado, o Brasil é um país que tem corresponsabilidade em educação. Tem o governo federal, o governo estadual e o governo municipal. E com certa autonomia em cada um dos estados. Portanto um dos grandes desafios é você ter um sistema nacional de educação, como é o SUS. Também os parâmetros mínimos que, por exemplo, o Plano Nacional de Educação estabeleceu, eles são atendidos de maneira diversa por cada estado e cada município.

Dani: No seu artigo você também fala sobre as metas do Plano Nacional de Educação e que nenhuma delas foi alcançada.

Sergio: Então, todos os alunos na escola do ensino fundamental, diminuir a evasão e repetência, ou avançar na educação infantil, ou na educação de jovens e adultos, diminuir os níveis de analfabetismo na população e melhoria no trabalho de formação dos professores, aumento dos recursos até 10%. Então, são essas metas que foram estabelecidas. E, por incrível que pareça, elas tiveram muita dificuldade de serem cumpridas. A razão principal é a desigualdade desse país. Não só do orçamento, mas também a desigualdade na formação dos professores, na qualidade material das escolas, nos recursos que chegam para as escolas e desigualdade social de uma maneira geral, porque, por melhor que você possa ter a escola para todo mundo, de maneira idêntica etc., a condição social de cada um vai determinar o acesso ou não. Então, você tem gente que tem que sair para trabalhar, seus pais saem, mudam de lugar por causa da seca ou por causa da violência. E as crianças não têm continuidade.

Música

Dani: Você foi professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Currículo da PUC-SP e iniciou na educação de jovens e adultos em 1974. O que te motivou para atuar como educador popular?

Sergio: Eu estudava numa escola católica, que é o Colégio Santa Cruz. E a gente tinha uma série de trabalhos sociais que a escola propiciava, em especial no secundário: ida à cidade para oferecer alimentação e café para os moradores de rua, fazer retiros junto a lugares onde as pessoas tiveram catástrofes ambientais ou de natureza social, esse tipo de coisa que era uma sensibilização para o tema social. Aí chegou 68. Eu passei 68 na rua, foi um ambiente de politização muito grande. E aí houve o fechamento com o ato número 5. Com esse fechamento, a gente recuou e passei a dar aula na escola. O diretor da escola era membro do Conselho Estadual de Educação e ele quis ser uma das primeiras escolas a abrirem o curso supletivo, porque também a Igreja Católica estava naquele processo de opção preferencial pelos pobres. A forma que a escola fez foi manter as elites pela manhã e abrir cursos noturnos para os trabalhadores da região. Foi aí que eu passei quase 16 anos como diretor, coordenador,

professor. A gente construiu isso junto com uma série de pessoas recém saídas da universidade, uma molecada muito com vontade de trabalhar para os setores populares. A gente lia Paulo Freire, a gente lia os sociólogos da reprodução, a gente convidava gente para ir lá, fazíamos seminários e tal.

Música

Sergio: Daí, o que aconteceu? Eu fui trabalhar no CDI, no Centro Ecumênico de Documentação e Informação junto com o trabalho da escola. E lá no CDI, que trabalhava basicamente com as comunidades de base e com movimentos sociais e que demandava, em certos momentos, a escolarização desses grupos.muito mais com educação popular. Então, a gente juntou a nossa experiência, que era como construir uma educação popular numa escola de jovens e adultos para fazer trabalhos de formação em movimentos sociais. Então, com o movimento de educação de base da CNBB, no Rio Solimões, com o Chico Mendes no Sindicato de Chapuri, com os seringueiros.Na periferia de São Paulo e em vários outros lugares.

Dani: De que forma foi construída essa educação popular?

Sergio: Primeiro a gente trabalhou com a ideia de que, na verdade, o professor é um catalisador dos saberes dos alunos, portanto, a sala de aula era arrumada para ser um círculo. O professor era um facilitador de conhecimento. Tinha cursos de legislação trabalhista, porque a grande maioria era trabalhador, tinha um advogado que trabalhava com isso, tinha trabalhos diretos no campo da cultura popular. Então, a grande maioria era nordestino e tinha as tradições culturais do Nordeste, a festa junina, As festas de uma maneira geral, a comida. Então, esse tipo de união entre educação e cultura, de valorização do saber do aluno, de democracia não só na palavra mas na prática, nesse sentido de construir uma escola que fosse de natureza popular.

Música

Dani: Qual é o significado do legado de Paulo Freire para a educação libertadora?

Sergio: A primeira coisa que ele diz é que a escola não é neutra. A escola tem uma intencionalidade política. Então, por isso que ela pode ser uma escola bancária, que eles chamam de bancária, burocrática, verticalizada, por um lado, mas ela pode ser uma escola libertadora. A segunda, como eu falei, é uma coerência entre intencionalidade, método e conteúdo.Têm a ver com conteúdos que possam fazer com que os alunos da escola refletam junto com o professor sobre a realidade, sobre as estruturas dessa sociedade. Terceiro, o Paulo, que tinha uma profunda crença no ser humano. Ele respeitava o fato de que todo mundo tinha um conhecimento tinha uma cultura, que isso se dava não só pela escola mas pelo ambiente familiar, pelas tradições, pelas festas, pelo trabalho, pela comunidade. O que a escola pode é acrescentar a esse conhecimento conteúdos científicos etc. Então, são princípios que se aplicam desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos.
música

Dani: De que forma avançar para uma educação libertadora para toda a população?

Sergio: A gente costuma dizer que a educação é um direito humano que fortalece outros direitos. Porque uma pessoa que consegue essa educação escolar tem mais condições de defender a saúde, de ter um trabalho melhor, morar em um lugar melhor, de ter acesso à informação. O avanço mais é sobre decisão política. Eu acho que essa é a questão de uma sociedade que coloca a educação como prioridade e luta pelo direito à educação.

Música

Sergio: Agora é pressão no Congresso para que possa acolher as sugestões da sociedade e depois pressão para que se cumpra. Essa pressão pode ser pelos fóruns estaduais de educação, os fóruns municipais de educação que pode acompanhar as metas e exigir que isto entre nos compromissos de governo e pressionar para que isso possa ser feito. E através de movimentos sociais, a gente tem alguns na área de educação. Tem redes que vão desde as redes acadêmicas até a Campanha Nacional de Direito à Educação, que tem pressionado, tem ajudado ao governo. Além, evidentemente, de toda a produção de conhecimento que as pessoas possam ajudar. Mas agora é pressão. Eu não conheço nenhum direito que nasce sem pressão.

Música

Dani: Neste terceiro episódio de Direitos Humanos no Brasil conversamos com Monica Martins e Sergio Haddad sobre a importância da pesquisa, informação e educação popular para a defesa dos direitos humanos.

Música

Dani: O podcast Direitos Humanos no Brasil é apresentado e produzido por Daniela Stefano.

Música e mixagem de áudio: Luiz Mendonça

Narração da abertura e encerramento: Sergio Marone (Movimento Humanos por Direitos).

Arte: Fábio Carvalho

Mídias sociais: Ana Rosa Carrara

Coordenação: Maria Luisa Mendonça

Um abraço solidário e até o próximo episódio.

Vinheta de encerramento